



## A AUXILIAR DE CLASSE E O APAGAMENTO DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

COSTA, M. C. S.<sup>1</sup>; MENDES, L. C.<sup>2</sup>.

<sup>1</sup>Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFNMG – *Campus Salinas*; <sup>2</sup> Doutora em Educação e Docente do IFNMG – *Campus Salinas*.

### Introdução

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, em seu Art. 1º “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996). Correlacionado a isso, de acordo Brandão (1989), podemos compreender que a educação se faz existir em diferentes contextos e esferas e pode ser entendida como uma fração do *modo* de vida dos grupos sociais que a produz e a reproduz através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens. Assim sendo, todos os agentes que atuam no processo de educar devem ser considerados enquanto educadores, especialmente no espaço da escola, que muitas vezes centraliza este papel somente na figura do professor em sala de aula. Ao pensarmos a realidade das auxiliares de classe das turmas de Educação Infantil, o reconhecimento do caráter pedagógico que lhes não é atribuído dentro da escola é fruto do que Chamarelli (2013) denuncia na ausência de legislações educacionais específicas sobre o papel que lhes compete exercer, evidenciando a presença de “[...] divergência quanto à formação mínima exigida, funções desenvolvidas, vínculo, salário, denominações desses profissionais e se e como atuam nas creches e/ou nas pré-escolas” (2013, p. 41). Uma vez que se encontram em total descaracterização de sua identidade profissional - carreira, remuneração, condições de trabalho e formação - as auxiliares de classe tem seu perfil constantemente atrelado à uma feminilização e ao ato exclusivo de cuidar, sem o olhar de prestígio pedagógico que lhes cabe. Tendo assim em vista o apagamento desta profissional nos documentos normativos e na literatura especializada, as motivações por detrás da escolha de tal objeto de pesquisa se justificam pelas insuficientes discussões teóricas no currículo do curso de Pedagogia a respeito da identidade profissional das auxiliares de classe, se tornando dessa forma justificada as contribuições que se espera crescer a discussão acadêmica - em especial no contexto de uma instituição infantil da rede municipal de ensino. De abordagem qualitativa e com caráter exploratório, adotou-se como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental e para além dos textos teóricos, vale aqui também ressaltar as contribuições da LDBEN/96, do Plano Municipal de Educação, do Regimento e do Projeto Político-Pedagógico da instituição escolar onde se realizou a pesquisa de campo. Sendo os dados analisados parte do escopo de pesquisa de uma monografia produzida como critério de avaliação de conclusão do curso de Pedagogia, os mesmos ainda apresentam apontamentos preliminares diante a proposta que objetiva compreender quais são os desafios enfrentados no percurso de formação e atuação profissional das auxiliares de classe que atuam em um centro de educação infantil, a nível municipal. O presente trabalho busca apresentar os resultados parciais coletados na análise do perfil profissional das auxiliares de classe de um centro de educação infantil do município de Salinas/MG.



## Material e Métodos

Considerando a natureza dos dados coletados e dos objetivos que se procurou alcançar, a abordagem desta pesquisa assume o caráter qualitativo e exploratório, visto que seu foco está na possibilidade de uma investigação que permita ao pesquisador aprofundamento no ambiente da pesquisa que não são expressas em termos quantitativos, mas tendo enfoque em descrições, compreensões e análises de informações, fatos, ocorrências etc. (MARTIS; THEÓFILO, 2007, p. 135). Em relação ao caráter exploratório, sua realização facilitou o estabelecimento de elementos para o planejamento e execução da pesquisa, entre eles o prévio levantamento bibliográfico percorrido ao realizar a sondagem de fontes documentais normativas que tratavam direta ou indiretamente do trabalho docente das auxiliares de sala, se construindo a coleta e a seleção de documentos que serviram de fonte teórica, após passar pelo devido tratamento científico.

## Resultados e Discussão

Os resultados aqui relatados trazem a análise parcial que se obteve na investigação de como o percurso histórico e legislativo da educação infantil e de seus profissionais atuantes vem sendo tratada a nível municipal, evidenciando a precarização do trabalho pedagógico e as marcas profundas do assistencialismo institucionalizado na Educação Infantil desde o século passado. Atestando a herança compensatória da modalidade, o Plano Decenal de Educação de Salinas/MG (2015), - importante política municipal de diretrizes a serem seguidas em longo prazo de acordo as intenções e ações de melhoria das demandas da educação do município - traz como dado que primeiras instituições de assistência as crianças e suas famílias eram marcadas pela atuação da área de Assistência Social, com a criação do Projeto Casulo pela antiga LBA – Legião Brasileira de Assistência, na década de 1970. Em 1995, com a extinção da LBA, a manutenção do funcionamento das creches e das pré-escolas se tornou responsabilidade das Associações e do apoio do município, através de convênios da área de assistência social daquela época e recursos municipais próprios (SALINAS, p. 43-44, 2015). Somados ao caráter assistencialista que marcou o aparecimento das primeiras instituições de ensino da Educação Infantil da cidade, estão também os dados que apontam para a perpetuação da falta de profissionais qualificados e bem remunerados, especialmente se tratando das auxiliares de classe atuante nestes estabelecimentos: na análise documental dos regimentos de escopo municipal, vemos que no TÍTULO IV: Dos direitos e deveres dos participantes do processo educativo, CAPÍTULO II, Seção I, Art. 110 do Regimento Escolar Padrão da Educação Infantil (p. 62, 2022) adotado pelo município há uma insistência de uso do termo "repouso" nas atribuições do profissional, fortalecendo a ideia de cuidado como prerrogativa para o exercício da função de *auxiliar de educação* - nomenclatura utilizada no documento.

## Considerações finais

Em suma, podemos atestar através da análise dos documentos que regem a Educação Infantil que o contexto histórico desta modalidade em nosso país evidencia um legado de precariedade que considera o trabalho executado nas creches e pré-escolas como um trabalho meramente de cuidados primários para com o público infantil, descaracterizando a *práxis* pedagógica não somente das professoras, mas, sobretudo das auxiliares de classe diante as políticas públicas, especificamente as de caráter municipal se consideramos o processo de municipalização da educação básica. Assim sendo, uma vez que esta profissional se encontra em total descaracterização, sua valorização, reconhecimento social e dignidade profissional encontram-se sempre em xeque, com delimitações



pouco claras sobre sua atuação e conseqüentemente, o atrelamento de sua figura a funções subalternas e sem o olhar de prestígio pedagógico que lhes cabe.

## Referências

BRANDÃO, C. R.; **O que é educação**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

CHAMARELLI, L. G.; **O que fazer com o Auxiliar de Educação Infantil?** Um estudo sobre as políticas municipais no Estado do Rio de Janeiro. Capítulo 2 - A história, a política e o auxiliar de educação infantil. PUC-Rio- Certificação Digital N° 1111606/CA, 2013. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21990/21990\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/21990/21990_3.PDF)> Acesso em: 15 set. 2023.

MARTINS, G. A.; THEÓFILO, C. R.; **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SALINAS. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Plano Municipal de Educação**, 2015.

SALINAS. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Regimento Escolar Padrão da Educação Infantil**, 2022.